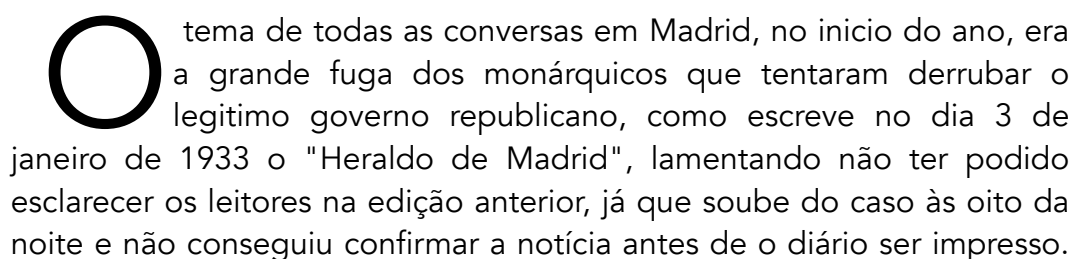


*Primeiro pensaram usar um aeroplano, depois em aproveitar uma caravana de camelos e atravessar o deserto do Sáara... Estavam todos preparados para fugir no dia de Natal, mas os planos falharam. No 31 de Dezembro de 1932, um domingo, fizeram-se ao mar, corporizando uma das maiores evasões prisionais da Península Ibérica. Eram espanhóis, monárquicos, e vieram todos para Portugal.*



Os 29 homens tinham sido deportados para uma prisão espanhola em África e evadiram-se no dia 31 de dezembro, há 85 anos, rumo à costa portuguesa.

Pelas três da tarde do último dia de 1932, os deportados, organizados em grupos, escapuliram-se de Villa Cisneros para a zona de Dunfort, 14 quilómetros de caminho no Sáara Ocidental, território da antiga Espanha colonial, agora administrado por Marrocos. Atualmente, o nome da cidade é Dakhla, mas antes de ser batizada de Cisneros pelo explorador Emílio Bonelli, era a colónia de Rio de Oro, criada no final do século XIX já com a intenção de a transformar numa penitenciária, todavia só mesmo nesse ano da fuga acolheria os primeiros deportados.

“O forte definitivo só será construído depois de 1928 e o primeiro envio de deportados aconteceu quatro anos depois, em plena Segunda República e por aplicação da Lei de Defesa de 21 de outubro de 1931. O diploma permitia a deportação para fora de Espanha dos cidadãos que pusessem em perigo a existência do regime republicano e foi aplicado, em duas ocasiões, com destino a Villa Cisneros, gerando polémica: por ocasião do ataque revolucionário de Llobregat [revolta anarquista] em janeiro de 1932 e da tentativa de golpe de Estado de Sanjurjo, em 10 de agosto do mesmo ano”, explica Guadalupe Perez Garcia em “La colonia penitenciaria de Villa Cisneros. Deportaciones y fugas durante la Segunda República”.

Duas horas e meia depois do início da fuga, ou seja, pelas 17h30, percorrendo cada grupo um caminho diferente, os homens, quase todos aristocratas e militares, reuniram-se na ponta sul de Dunfort, onde, já noite, ancorou uma lancha que os levou para um pesqueiro fundeado a três milhas de distância. Fizeram-se ao mar no primeiro dia de janeiro, rumo a oeste, apesar da indecisão sobre que ponto cardeal seguir para não serem recapturados. Começaram por se afastar da costa para evitar encontros com barcos vindos das Canárias e não escolheram ir para destino Dakar por ser uma rota demasiado evidente.

“Os destinos possíveis eram Cabo Verde, Madeira ou o arquipélago dos Açores. Puseram, inclusive, a hipótese de chegar a Portugal ou a alguma praia francesa, esta última descartada por os obrigar a passar demasiado perto da Finisterra”, escreve Guadalupe Perez Garcia no seu texto publicado em 2002, acrescentando: “Finalmente, segundo Fernando García de Vinuesa, que se encontrava entre os fugitivos, optaram por terras portuguesas devido à simpatia que sentiam pelo governo, e porque sabiam haver carreiras de vapores desde as ilhas que os poderiam levar a Lisboa.”

Em declarações ao “Heraldo de Madrid” de 3 de janeiro, o ministro da Marinha do Governo da jovem República desvalorizou a debandada. Diz-lhe o jornalista que são muitos os deportados em fuga e que a notícia, sabida na noite anterior, causara sensação. “No creia você — responde José Giral Pereira — que tem assim tanta importância. A notícia dada a

seco, 'os deportados escaparam', impressionou as pessoas, naturalmente, mas ao saber-se que os fugitivos eram só uma pequena parte dos presos [mais de uma centena] nada aconteceu". E rematou: "O caso não tem a menor importância. O Governo limitou-se a dar as ordens necessárias e nada mais. Não há razão para tanto alarido".

Mas o assunto tomará outras proporções, durante o mês inteiro não se falará noutra coisa em Espanha e em Portugal, cujo regime ditatorial acolherá de braços abertos os golpistas por saber serem dos seus. A primeira consequência foi a imediata demissão do capitão de fragata Viedma que devia estar a vigiar a costa africana e inexplicavelmente estava por Las Palmas, e o afastamento do governador de Rio de Oro, Ramón Regueral Jové, militar republicano que muitos desconfiam ter facilitado a fuga por condicionalismos da hierarquia militar, mas que nunca abandonou as suas convicções políticas e lutará na guerra civil iniciada em 1936.

A notícia da fuga chegou à delegação londrina da agência United Press na noite de 2 de janeiro, telegrafada por uma fonte de Madrid, no dia seguinte todos os jornais espanhóis a publicam já com reações e alguns pormenores, contudo hão de correr muitos dias até se saber melhor o que se passara: os evadidos só atingirão terra segura no dia 14, até essa data as especulações dominaram as notícias, que chegam a afirmar haver testemunhas de um desembarque no Senegal.

O que sucedeu foi que o "Aviteur Le Brix", barco de pesca à lagosta com pavilhão francês pago para a evasão, andou à deriva. No dia 7, a tripulação começou a ter dificuldades em se orientar e acabou por afastar o pesqueiro das ilhas dos Açores. Depois, desorientados, angustiados, tentaram aproximar-se da costa de Portugal continental, mas o vento desajudou-os. Andavam nisto quando, quase por acaso, dão de caras com a baía de Sesimbra...

Catorze dias depois de deixarem o deserto do Saara, pelas seis da tarde de 14 de janeiro os 29 evadidos desembarcam então em Portugal. Os sesimbrenses ficaram boquiabertos ao verem aquele grupo de homens vindos do mar sem ar de pescadores, de barbas cerradas e roupa imunda, a perguntar onde havia um hotel em que pudessem recompor-se e comer, já que a alimentação a bordo fora racionada dado o elevado número de fugitivos e os dias à deriva. As autoridades locais receberam-nos com grande hospitalidade e as nacionais dedicaram-lhes o mesmo afeto.

Rapidamente, foram instalados no hotel Piscosa e quando já estavam rodeados de barbeiros, o ministro do Interior deu ordem para que todos fossem levados para Lisboa. Na capital, instalaram-se nos melhores hotéis. No domingo, dia 16, o correspondente do jornal espanhol "Luz", afeto aos republicanos, foi espreitar os festejos no Avenida Palace: "arriscando a minha liberdade, aproximei-me da porta do hotel mais caro de Lisboa. Saem senhores muito finos e muito bem vestidos; entre eles, o

coronel De Benito, rodeado de alguns patriotas portugueses, amigo íntimo e mandatário de maldades guerreiras do monarca espanhol, que tantas vezes quis atentar contra a liberdade e independência portuguesas”.

“Entram em vários automóveis — prossegue Juan Fortunato —, um é magnífico, amarelo, flamejante, colossal; os restantes são grandes carros de luxo. Matriculas espanholas, de Madrid.” O jornalista ouve gargalhadas petulantes, insultos ao governo espanhol e à República, convicções de que a “monarquia dos Borbones” será “restaurada a ferro e fogo”, exhibições verbais do dinheiro que possuem, das proteções de que desfrutam, dos disparates dos “proletários enlouquecidos”. E no bar do Avenida Palace, “os deportados e os automobilistas recém chegados (só com cinco mil pesetas por família como manda a lei?!) esvaziam garrafas caras”.

“Em Portugal, sinto-me muito bem e em Villa Cisneros esqueceram-se de que éramos presos de categoria social e obrigaram-nos a viver em cabanas miseráveis. Éramos obrigados a preparar as nossas refeições e a fazer o serviço de criado. Uma infâmia!”, desabafará Alfonso de Borbón, de 39 anos, marquês de Esquilache, quando entrevistado pelo “Diário de Notícias”. Quanto a pormenores sobre a fuga, nada quis adiantar este primo de Alfonso XIII, rei que abdicou do trono espanhol a 14 de abril de 1932, após as eleições que deram um maior número de votos aos republicanos.

“Quando é a razão e a justiça que nos guiam, e somos movidos por uma indomável vontade de vender, tudo é fácil. Em Villa Cisneros nada mais existe do que deserto e rochas. Tivemos que iludir a vigilância dos guardas, dos guardas ferozes que nos vigiavam. Percorremos quilómetros e quilómetros de deserto, com sede, fome e cansaço. Mas vencemos. Um frágil barco levou-nos até alto mar. Estivemos cinco horas lutando com as ondas bravas, sempre ameaçados de morte. Felizmente, depois de essas trágicas cinco horas abordamos...”, Alfonso de Borbón interrompeu-se, os evadidos tinham jurado não divulgar o nome do pesqueiro em que navegaram e, de facto, nunca o disseram publicamente, soube-se muito mais tarde que se tratava do “Aviteur Le Brix”, o qual nesse dia acostara em Villa Cisneros para descarregar pescado e fora abordado pelos fugitivos, dizendo estes que só seriam dez, até porque um maior número não caberia no barco...

Desde o dia 28 de setembro, data em que desembarcaram em Villa Cisneros, que parte deste grupo só pensava em evadir-se. Primeiro pensaram usar um aeroplano, depois em aproveitar uma caravana de camelos e atravessar o deserto do Saara... mas os planos foram falhando até que chegou uma oportunidade, no último dia do ano de 1932.

“Todos os expatriados consideram a sua salvação providencial”

Mais falador revelou-se Francisco Ansaldo, também na casa dos 30 anos de idade, numa entrevista ao “Diário de Lisboa”. Contou o capitão

aviador que quando deixaram Villa Cisneros, a primeira preocupação foi despistar qualquer barco que os procurasse, por isso, se afastaram bastante da costa. “Depois, para não atrasar a marcha, começámos a navegar em ziguezague, mas evitando sempre a aproximação da costa. Todos os dias tirávamos o ponto e sabíamos o paralelo em que nos encontrávamos. Mas não podíamos encontrar o meridiano, ignorando portanto a distância a que estávamos da costa”.

E por que não conseguiam? “Por uma coisa muito simples: porque nenhum de nós se lembrou de conservar o relógio com as horas de Villa Cisneros, tendo todos acertado o seu relógio pela hora de bordo. Pode imaginar, portanto, que todo o cuidado em nos aproximarmos da costa era pouco”.

“Qual foi o paralelo mais a norte em que estiveram?”, insistia o jornalista português que quase como todos os seus colegas encarregados de cobrir o caso comportava-se como se estivesse perante heróis. “O de Vigo. Mas a uma grande distância da costa: talvez a mais de 300 ou 400 milhas. Claro que não chegámos a avistar terra, como não avistámos nenhum ponto da costa antes de Sesimbra. Quando verificámos que nos tínhamos desviado demasiadamente para o norte, resolvemos fazer-nos ao sul, e, quando nos encontrávamos no paralelo de Lisboa, fizemos rumo à costa, desembarcando em Sesimbra”, respondeu Ansaldo dando a ideia de que tudo esteve sempre controlado.

Ao jornal monárquico “La Nacion”, o capitão de cavalaria Fernando Garcia de Vinuesa, de 34 anos, relatou “episódios comoventes” relativos aos dias de viagem e o periódico escolheu: “Quase todos os momentos davam capítulos de emoção intensa para uma novela de aventuras. Talvez o mais emocionante de todos estes momentos diários seja aquele em que os deportados fugitivos se reuniam na estreita popa, onde mal cabiam os 29, para rezar o rosário. Este foi o momento emocional que teve mais valor durante aqueles três dias em que os navegadores andaram perdidos nas tormentosas águas do Atlântico. Seus rogos ao Altíssimo foram, indiscutivelmente, escutados, e todos os expatriados consideram a sua salvação providencial”.

Na fuga, os 29 gastaram meio milhão de pesetas. E resolveram fugir, dirão os próprios, não por temerem um previsível castigo por terem participado no golpe de 10 de agosto em Madrid e Sevilha, mas porque em Villa Cisneros os dias era muito aborrecidos e não beneficiavam do mínimo de condições de conforto. Estas são declarações mais tardias, de início Alfonso de Borbón e o coronel De Benito, homem mais velho, de 53 anos, e que tomou a liderança do grupo, disseram que a razão se prendia com o facto das suas famílias os terem avisado de que iam ser condenados à morte, e que estava prestes a navegar para Villa Cisneros um navio para os recolher.

Em declarações aos jornais dirão também que a tentativa golpe não fora de cariz monárquico, mas que, sim, tinham participado nela muitos adeptos da monarquia, entre os quais se incluíam todos os 29 evadidos. O regime a implantar poderia não ser uma monarquia, todavia, quanto a ser uma ditadura não havia dúvidas, estava dito no manifesto de José Sanjurjo Sacanell, na altura com 60 anos de idade e de cujo apelido se tirará o nome pelo qual ficará conhecida a tentativa, a “Sanjurjada”. Este general, na altura preso em outra cadeia, também há de exilar-se em Portugal e morrerá ao tentar regressar a Espanha para efetuar novo golpe, num avião pilotado por xxxx, um dos fugidos de Villa Cisneros.

Os evadidos legalizaram a sua estada no país três dias depois do desembarque e a maioria instalou-se em Lisboa e no Estoril, só os que tinham família exilada em França partiram. O que estranharam os espanhóis republicanos é que Portugal desse tratamento diferente aos fugitivos que entravam no seu território. Aos monárquicos vizinhos toda a liberdade de ação, aos revolucionários italianos que um ano antes aqui arribaram em condições semelhantes, prenderam-nos e extraditaram-nos para Itália, de onde tinham fugido do ditador fascista Benito Mussolini.

Na opinião do historiador César Oliveira, os anos de 1930 a 1934 não foram fáceis no percurso de construção e consolidação do Estado Novo: houve ainda que enfrentar a oposição das Forças Republicanas. Apesar disso, o país já não constituía uma preocupação constante para Oliveira Salazar que pode, assim, dedicar a sua atenção à política externa. No seio desta, a Espanha constituía a principal ameaça, desde a proclamação da II República em Abril de 1931 — como lembra Ana Mafalda Damião em “Relações Portugal/Espanha durante a Guerra Civil (1936-1939).

Entre os anos de 1931 e 1936 (depois deste ano o ditador português não escondeu o apoio ao general Franco), Portugal e Espanha não se entendiam. No primeiro reinava a ditadura, no segundo uma república parlamentar. Mas diz o historiador José Medeiros Ferreira, no seu livro “Um Século de Problemas — As Relações Luso-Espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia”, que “não terá sido a diferença de regimes o elemento determinante nessa deterioração das relações. Apontam-se, do lado Salazarista, como fatores perturbadores, o ideário federativo ibérico dos republicanos espanhóis e os apoios que estes davam aos democratas portugueses”.

“A presença dos emigrados políticos junta as fronteiras foi uma constante, especialmente nos dois primeiros anos da República Espanhola — refere a escritora Ana Mafalda Damião, citando o professor catedrático Hipólito de la Torre Gómez, segundo quem “Espanha prestava a estes exilados serviços como: introdução de armas e de propaganda, organização de planos revolucionários, conexões fáceis com os elementos da insurreição interna”. E Portugal, dominado por um regime ditatorial por mais de 40 anos, era um país muito hospitaleiro para conservadores e reacionários.